

ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 06-11-2017.

---

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quinze horas e dois minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Aldacir Oliboni, Comandante Nádia, Idenir Cecchim e João Carlos Nedel. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª Sessão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 012/17, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 042/17, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/17, discutido por Sofia Cavedon, Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Dr. Thiago e Cláudio Janta, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 023, 191, 234, 254, 271, 274, 275, 277, 284, 291 e 299/17 e os Substitutivos nºs 01 aos Projetos de Lei do Legislativo nºs 087 e 143/17. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Fernanda Melchionna, Rodrigo Maroni, Mauro Zacher, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Ricardo Gomes. Após, foi realizada a promulgação da Lei Municipal nº 12.327/2017. A seguir, foi apregoado documento de autoria de Idenir Cecchim, informando o seu retorno ao exercício da vereança a partir do dia seis de novembro do corrente. Ainda, foi apregoado o Memorando nº 039/17, de autoria de Márcio Bins Ely, informando, nos termos dos §§ 6º e 7º do artigo 227 do Regimento, sua participação, do dia dois ao dia cinco de novembro do corrente, no Comitê da Internacional Socialista para América Latina e Caribe, em Santo Domingo, República Dominicana. Em continuidade, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, destinado, nos termos do Requerimento nº 192/17 (Processo nº 2806/17), de autoria da Mesa Diretora, a assinalar o transcurso do centésimo vigésimo quinto aniversário da Guarda Municipal. Compuseram a Mesa: Cláudio Janta, presidindo os trabalhos; Kleber Senisse, Secretário Municipal de Segurança; Roben Martins, Comandante da Equipe Operacional da Guarda Municipal; Glauber Silvestre Zilio, Diretor de Operações da Ronda Ostensiva Municipal; e Claudia Cristina Santos da Rocha Crusius, Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Segurança. Em continuidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Dr. Thiago, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Mônica Leal, em nome da Mesa Diretora, Adeli Sell, Comandante Nádia, esta em tempo cedido por André Carús, Cassiá Carpes, Prof. Alex Fraga, este em tempo cedido por Fernanda Melchionna, e Moisés Maluco do Bem, este em tempo cedido por João Bosco Vaz. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER,

pronunciaram-se Professor Wambert, Tarciso Flecha Negra, Luciano Marcantônio e Paulinho Motorista. Após, o Presidente concedeu a palavra a Roben Martins, que se pronunciou acerca da presente solenidade. Também, o Presidente convidou Mônica Leal a proceder à entrega, a Roben Martins, de diploma alusivo à presente solenidade. Às dezessete horas e trinta e cinco minutos, constatada a inexistência de quórum, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Valter Nagelstein, Cláudio Janta e João Carlos Nedel e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Passamos à

### **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

#### **2ª SESSÃO**

**PROC. Nº 2066/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 011/17**, que inclui o art. 37-A, o §§ 3º ao 6º ao art. 122, o art. 122-A, o art. 129-A e o parágrafo único ao art. 131, altera o *caput* do art. 122, revoga os arts. 132 e 133 e, em 1º de novembro de 2017, revoga os arts. 79, 124, 125, 126, 127, 127-A, 129 e 130 todos da Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985, que estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre; inclui o art. 39-A e revoga, em 1º de novembro de 2017, o art. 39 da Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002; revoga em 1º de novembro de 2017, o art. 42, os §§ 1º e 2º do art. 43, os §§ 1º e 2º do art. 43-A, o art. 43-B e o art. 43-C, da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988; o art. 43, os §§ 1º e 2º do art. 44, o art. 44-A e o art. 44-B da Lei nº 6.203, de 3 de outubro de 1988; o art. 31, os §§ 1º e 2º do art. 32, o art. 32-A, o art. 32-B da Lei nº 8.986, de 02 de outubro de 2002; o art. 44, os §§ 1º 2º do art. 45, o art. 45-A, o art. 45-B da Lei nº 6.310, de 28 de dezembro de 1988; o art. 42, os §§ 1º e 2º, o art. 43-A, o art. 43-B Lei nº 6.253, de 11 de novembro de 1988; e os §§ 1º e 2º do art. 32, o art. 32-A, art. 32-B e o parágrafo único do art. 37 da Lei nº 6151, de 13 de julho de 1988. **Com Emendas nºs 01 e 02.**

**PROC. Nº 2355/17 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 012/17**, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que inclui parágrafo único no art. 29 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, dispondo sobre a disponibilização, pelas empresas públicas e pelas sociedades de economia mista, de suas demonstrações financeiras anuais na internet, até o final do primeiro quadrimestre do ano subsequente, com acesso irrestrito à população.

**PROC. Nº 0367/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 023/17**, de autoria

do Ver. Rodrigo Maroni, que proíbe a prática de rinha de galos.

**PROC. Nº 1641/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 191/17**, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que proíbe manter animais aprisionados em gaiolas ou assemelhados.

**PROC. Nº 2540/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 277/17**, de autoria do Ver. Fabrício Lunardi, que cria o Programa Abraça uma Ciclovia.

**PROC. Nº 0862/17 – SUBSTITUTIVO Nº 01**, que determina a inclusão de mensagem de advertência sobre os danos causados pelo consumo de bebidas alcoólicas e de drogas nos livros didáticos distribuídos nas escolas públicas da rede municipal de ensino, **ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 087/17**, ambos de autoria do Ver. José Freitas.

**PROC. Nº 2123/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 234/17**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Carolina Rousseff, que inclui inc. IV no art. 1º da Lei nº 6.998, de 10 de janeiro de 1992, e alterações posteriores, estendendo o benefício da passagem escolar no serviço de transporte coletivo explorado, concedido ou permitido pelo Município de Porto Alegre a estudantes recém-formados de escolas e universidades públicas.

**PROC. Nº 2316/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 254/17**, de autoria do Ver. Mauro Zacher, que altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.329, de 22 de dezembro de 2003 – que institui, no Município de Porto Alegre, a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, prevista no art. 149-A da Constituição Federal –, e alterações posteriores, ampliando o rol de serviços custeados por essa Contribuição.

**PROC. Nº 2471/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 271/17**, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que altera a ementa e o *caput* do art. 2º, inclui incs. I e II no *caput* e §§ 1º e 2º no art. 2º e revoga o art. 1º da Lei nº 8.239, de 7 de dezembro de 1998, restringindo a instalação de bancas de artesãos, artistas e outras formas de exploração comercial nos passeios do Parque Farroupilha a locais que especifica.

**PROC. Nº 2489/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 274/17**, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que denomina Rua Sargento Diomar Rodrigues Moura o logradouro não cadastrado conhecido como Rua C Um – Vila São Miguel –, localizado no Bairro Coronel Aparício Borges.

**PROC. Nº 2492/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 275/17**, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Rotechild dos Santos Prestes.

**PROC. Nº 2642/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 291/17**, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui o evento Festeja Criança no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de outubro.

**PROC. Nº 2703/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 299/17**, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre a Getúlio Felipe Fernandes da Silva.

**PROC. Nº 1266/17 – SUBSTITUTIVO Nº 01**, que inclui o evento Feira de Artesanato, Artes Culinárias, Economia Popular e Brique da Praça Jaime Telles no Anexo I da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, realizado aos sábados, **ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 143/17**, ambos de autoria do Ver. André Carús.

**PROC. Nº 2608/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 284/17**, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que tomba como patrimônio cultural imaterial e material do Município de Porto Alegre a Sociedade Recreativa e Beneficente Estado Maior da Restinga e a área localizada na Estrada João Antônio da Silveira, 2355, sede dessa escola de samba.

**PROC. Nº 2644/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 042/17**, de autoria do Ver. Paulo Brum, que altera o inc. XVII do *caput* do art. 70 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973 – que institui e disciplina os tributos de competência do Município –, e alterações posteriores, incluindo as pessoas com deficiência no rol de isenções do pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). **Com Emenda nº 01.**

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, caros colegas municipais e municipais, estamos cumprindo a 2ª Sessão de Pauta dos projetos, entre eles o famigerado PLCE nº 011/17 que atinge as carreiras do conjunto dos servidores do Município de Porto Alegre, a sua possibilidade de progressão durante um longo tempo de trabalho, a gratificação por responsabilidade com funções mais complexas, chefias, a mudança disso. Principalmente, um projeto que atinge o regime de trabalho, a estabilidade, a autonomia dos funcionários diante dos interesses eventuais de patrões relacionados a eleições que são periódicas, transitórias, de quatro em quatro anos. Esse projeto atinge políticas que se referem ao corpo funcional que permanece, ao longo dos anos, garantindo que as políticas públicas sejam de Estado e não de governo, que tenham continuidade, qualificação gradativa e

permanente para além dos governos. Refere-se à vida e à qualidade do trabalho dos servidores que vão dar condições aos governos eleitos, de conhecer a sua Cidade, conhecer as Secretarias, conhecer o funcionamento da máquina, para dali, junto com eles, imprimir a gestão eleita, os programas eleitos, responder às demandas da sociedade. Esse corpo funcional, Ver. Valter, é atingido fatalmente, se esse projeto de lei prosperar. E aí, na consequência, é a qualidade do serviço público, sim, é a capacidade de inovação, é a capacidade de dar respostas, é a capacidade de uma cidade construir um destino diferenciado para si, a partir da sua reflexão, do seu conhecimento e do seu investimento no corpo técnico. É assim que nós podemos exemplificar o que aconteceu com a água desta Cidade, por exemplo. A qualidade da nossa água e a modicidade da tarifa da nossa água, elogiadas no encontro mundial das águas, elogiadas pela ONU, repetida, copiada por inúmeras cidades e governos, que encontrou um equilíbrio entre o financiamento do custo de tratar e de entregar a água para os cidadãos e o custo para esses cidadãos e cidadãs. Isso é o resultado de anos de estudo, de investimento em qualidade técnica, em corpo técnico, em trabalho continuado, em tecnologia, em fiscalização e muito estudo.

Portanto, o PLCE nº 011/17 termina com essas possibilidades, desestimula com a carreira, acaba com a possibilidade desse acúmulo técnico, de gestão e política. E falo desse tema que é muito importante, da autonomia do servidor, para que atenda aos interesses públicos. Há um dado fatal, um item fatal nesse projeto, que é a necessidade anual de renovação desse regime, à mercê da vontade da decisão da chefia imediata. Isso acaba com a possibilidade da autonomia funcional para atender aos interesses públicos. Alguém que brigasse, por exemplo, no DMAE, esse ano – porque o Prefeito deixou, por oito meses, de autorizar que licitações fossem feitas – não ia ter o seu regime renovado, porque brigou com a chefia, porque denunciou um desmando de gestão! Quem ia garantir o seu regime de trabalho? E o servidor não denunciando ia prejudicar a Cidade, porque não iria ter água no verão. Nós estamos com uma investigação pedida para o Ministério Público de Contas, e os servidores estão protegidos porque advertiram o Prefeito, advertiram o Secretário da Fazenda de que estava equivocado. É disso que nós precisamos, de servidores qualificados, com autonomia, com capacidade de proteger o serviço público e não os interesses eventuais de um governo ou de outro governo. Por isso eu encaminho a minha fala dizendo, senhores Vereadores e senhoras Vereadoras, falando com este Plenário, na quarta-feira passada, nos emocionamos e nos orgulhamos, porque os Vereadores, junto com os servidores e servidoras, deram um passo fundamental e decisivo para dizer ao Prefeito que esse tipo de iniciativa não vai prosperar, porque nós estamos todos aqui, em primeiro lugar, a serviço da Cidade, a serviço da qualidade de vida desta Cidade, a serviço do serviço público, Ver. Maroni, que foi fundamental nessa aprovação. Foram 19 Vereadores e Vereadoras, e agora sei que muito mais Vereadores se somaram, disseram que, se o Prefeito não recuar nessa intenção nefasta de submeter os servidores aos interesses partidários de uma determinada gestão, essa Câmara não permitirá. Derrota ao PLCE nº 011/17; viva o funcionalismo público!

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. ADELI SELL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, servidoras e servidores, em minhas mãos tenho o PLCE nº 011/17 e queria pedir muita atenção porque, agora, no dia 11, sábado que vem, entra em vigor a Lei Federal nº 13.467, a chamada reforma trabalhista. O que tem a ver a reforma trabalhista com o PLCE nº 011/17? Tudo, absolutamente tudo a ver. Na reforma trabalhista - feita sem discussão com a sociedade brasileira -, sindicatos, centrais, não puderam fazer um amplo debate, o debate não circulou nem no Congresso Nacional, muito menos teve um debate prévio com os juristas. Aqui esse projeto chegou em julho. Nós fizemos vários movimentos solicitando informações, fizemos contrapontos, solicitamos educadamente para que fosse retirado e se fizesse um amplo debate, não só com os servidores, mas com toda a sociedade. A Câmara de Vereadores é a Câmara da Cidade, discute quem está na frente do balcão, quem está atrás do balcão. É assim que nós enxergamos. Hoje vamos tratar de quem atende, de quem está atrás do balcão, que, para alguns setores da sociedade, incluindo o titular do Paço Municipal, não trabalham, ganham bem, têm só problemas. Não é o que a sociedade está vendo, porque eu estive e vi uma mobilização fantástica, na semana passada, numa vila de Porto Alegre, no entorno do Postão, onde tem problemas. A sociedade estava imantada com os servidores numa uníssona voz contra o Governo Municipal. Aqui, paulatinamente, conversando com os colegas, começamos a mostrar que esses projetos, e esse, de modo especial, não pode vingar, porque, imaginem só, a convocação do servidor para o regime especial terá prazo estabelecido no respectivo ato, não superior a um ano, podendo ser prorrogado a critério da Administração, com anuência do servidor. E se o servidor não anuir? Onde está a paridade, onde está o equilíbrio? Em 1990, o Congresso Nacional aprovou o Código de Defesa do Consumidor, que trata o consumidor como ele é em relação ao fornecedor: ele é hipossuficiente, ele é vulnerável. Diante de quem tem a caneta na mão, num ato discricionário como esse, podendo dizer que não vai dar o regime complementar, que é que eu vou fazer? Eu passei a vida inteira me preparando, estudando para passar num concurso, eu planejei a minha vida com os meus filhos, com a minha família, etc. e tal, eu deixei de pegar um emprego na iniciativa privada e fui ser servidor público, funcionário do povo. Para concluir, Presidente Valter, isso tudo era para valer a partir da semana passada, 1º de novembro. Nós temos que discutir essas questões, eu sei, o estresse está grande, mas eu, como Vereador, não posso ficar estressado, eu preciso dialogar com Porto Alegre inteira, mostrar para o povo de Porto Alegre que as senhoras e os senhores, depois de mais de 30 dias, têm mais do que razão. Digo mais: eu quero convencer cada colega aqui dentro, independentemente da sua posição político-partidária, se está na base do Governo ou não. Nós precisamos hoje fazer uma grande conquista, mostrar aqui, Moisés, Luciano, que lidera o Governo, que está na hora de recuar, está na hora de juntar Porto Alegre, está na hora de fazer a diferença. Recuem, vamos discutir o futuro da Cidade com calma, vamos fazer esta

Cidade trabalhar, ir para frente, recolher tributos, ter condições de fazer as amarrações necessárias. Não podemos trabalhar sob pressão como está sendo feito até este momento para unir a Cidade, uma grande frente em defesa dos interesses da Cidade. Quem quer vir conosco virá; quem não quiser estará virando as costas não para os servidores, mas para Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. ALDACIR OLIBONI:** Saúdo o Presidente Ver. Valter Nagelstein, os Vereadores e Vereadoras, de modo especial todos os servidores e servidoras que estão aqui nos acompanhando no dia de hoje.

Há poucos dias nós dizíamos ali em cima do caminhão, quando ouvíamos as falas dos municipais e também das lideranças dos servidores, que a decisão desses projetos encaminhados pelo Governo Municipal estava com a Câmara Municipal de Porto Alegre. Por quê? Porque, infelizmente, o Governo Marchezan demonstrou, nas várias tentativas dos servidores, não ser o homem do diálogo, não ser o homem capaz de perceber que sem o servidor público ele não governará a Cidade. Nós aqui, hoje, numa grande maioria ou numa maioria considerável, temos condições de mandar um recado ao nobre Prefeito. Embora não seja uma atitude ideal, porque, se dependesse da Bancada do Partido dos Trabalhadores, nós estaríamos votando hoje a retirada de todos os projetos que o Governo mandou para a Câmara, mas como o Governo preferiu não retirar, e como de fato temos que construir aqui uma maioria, Ver. Zacher, para poder derrotar o Governo, a discussão em Pauta será em até três Sessões – hoje completa discussão em duas Sessões –, ficando para quarta-feira a discussão em 3ª Sessão de Pauta, quando será votado em definitivo para derrotar, na primeira vez, o primeiro projeto que o Governo sinaliza para a Câmara Municipal. Então, neste momento, infelizmente, estamos tratando de um projeto. Nós queríamos derrotar já a não privatização do DMAE, da Carris, e assim por diante. Trinta e dois dias de greve! É importante perceber a unanimidade dos servidores que estão neste movimento de indignação, o que acabou convencendo a Câmara Municipal a se posicionar. Aqui não tem mais como estar em cima do muro: ou tu estás do lado dos servidores ou tu estás do lado do Governo, não tem outro lugar. Por incrível que pareça, este Governo já chega a 949 CCs. Isso pelo Portal Transparência! Nas gestões anteriores, falando da nossa gestão do PT, chegamos a ter 450 CCS, o que era um absurdo. Já dobrou o número de CCs nesta gestão. Será que o Governo Marchezan vai querer governar só com os CCs? Lamentavelmente, o Governo Marchezan não tem nenhuma marca positiva, porque, se tivesse, poderia pedir um comparecimento à Câmara Municipal, vir aqui, e nós elogiaríamos a política dele. Infelizmente eu não percebo, em nenhum momento, nem hoje, nem amanhã, nem no futuro, porque a própria peça orçamentária diz tudo o que ele quer: transferir recursos para as políticas, como por exemplo, as parcerias e as

consultorias, em vez de tratar melhor o funcionalismo público. Na luta pela vitória, companheiros!

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Boa tarde a todos e todas, quero cumprimentar, em nome da oposição, as guerreiras e os guerreiros municipais no 32º dia da maior greve da história do Município de Porto Alegre. (Palmas.) E eu quero, neste tempo de Liderança, falar duas coisas. A primeira, para a categoria: vocês sabiam que o Governo apostava que a greve ia ser derrotada pelo cansaço? Eu acho que a força da mobilização de vocês hoje aqui, as forças das categorias que seguem firmes e fortes na greve, na educação, na saúde, como a greve histórica do HPS... E eu quero cumprimentar esses guerreiros e guerreiras do HPS, do HPV, da Lomba, das Unidades Básicas de Saúde e da FASC. Hoje, pela manhã, teve mais gente que entrou na greve. A greve só não diminuiu, como mais colegas entraram. Os trabalhadores do DMAE, que sabem que devem estar junto com a categoria para lutar contra a privatização, estão juntos do início ao fim. E mais, eu trouxe aqui uma boa notícia: desde de manhã, no ato dos professores estaduais e municipais, mostrando uma unidade necessária da classe trabalhadora frente aos ataques das três esferas de governo, nós falávamos que era uma pendência, mas está referendada, na assembleia dos técnicos, de Ensino Médio, da Fazenda, a entrada na greve a partir do dia de hoje. Então, a greve está se fortalecendo. Falei com o Carlos, Presidente da Assimfaz, que está aqui, assim como outros técnicos, enfim. Recebi também, em mãos, na mão do Moacir, junto com o Mario Fernando, nosso companheiro do PODEMOS, e outros, um abaixo-assinado coletado pelos familiares e usuários dos serviços de saúde mental da gerência distrital da Glória, Cruzeiro e Cristal, ou seja, dos usuários dos serviços de saúde apoiando a greve dos trabalhadores. Foram 530 assinaturas entregues, em mãos. E por que isso é importante? Porque está existindo uma combinação muito importante entre a força da luta de vocês e o apoio da população. Nós já tínhamos visto, na primeira passeata, enorme, que saiu do HPS, no primeiro dia da greve, a quantidade de apoio, de aplausos, de gente que vai para a janela jogar papel e apoiar a luta dos trabalhadores. Nós seguimos vendo isso nas reuniões dos conselhos, seja dos conselhos escolares, seja dos conselhos de usuários, seja nas passeatas, como nós fizemos na Carris. E, mais uma vez, o abraço necessário à Carris, que também está na mira do raio privatizador do Marchezan, o apoio da população foi importante, e hoje na caminhada da educação. Essa tem sido uma tônica, além do que, a população sabe que essa receita é recessiva, que vai gerar perda na arrecadação do comércio e o parcelamento do salário, algo desumano, imoral, ilegal. Pela primeira vez na história, há uma auditoria do Tribunal de Contas sobre o Município de Porto Alegre, e eu não me lembro de ter visto, em nove anos que estou na Câmara de Vereadores, uma auditoria. Nós sabemos que existiam recursos do Fundo da

Educação e do Fundo da Saúde para pagar os salários em setembro. Estamos aqui com a documentação dos técnicos do Tribunal de Contas do Estado que mostra que não há argumento para parcelar os salários dos servidores da saúde e da educação no mês de setembro, a não ser uma política nefasta de não querer usar os recursos dos Fundos, do caixa único para garantir o que é mais sagrado, que é salário, porque as dívidas ninguém pode parcelar, e eu sei e não preciso dizer para vocês, que estão sofrendo nessa situação do Município.

Para concluir, eu acho que essa combinação está fazendo uma pressão necessária para que busquemos os 19 votos, para tentar derrubar os projetos, já que o Governo não tem a dignidade de retirar. Bastaria um ofício do Prefeito retirando os projetos de lei para atender a luta dos servidores e, ao mesmo tempo, garantir que houvesse respeito e não um verdadeiro fim da carreira e o ataque ao serviço público municipal. Hoje nós fizemos um requerimento encabeçado pelo Ver. Dr. Thiago, votamos na semana passada pedindo o Regime de Urgência. E o Regime de Urgência só poderia ser aplicado no projeto que trata do Regime, porque os outros projetos alteram a Lei Orgânica, são questões regimentais da Câmara. A partir da votação do requerimento, que foi na quarta-feira – quinta-feira foi feriado –, tem que ter 72 horas úteis para o período de emendas.

O que era necessário na tarde de hoje? Correr duas Sessões de pauta do projeto que trata do regime, para poder haver a Reunião Conjunta das Comissões na quarta-feira. Isso já aconteceu graças à mobilização de vocês, com as galerias lotadas, mas já temos o relator designado para a Reunião Conjunta das Comissões, o Ver. Rodrigo Maroni ou o Ver. Aírto Ferronato, defensor dos servidores públicos, e a votação, então, que coloca o projeto em condições de vir a plenário. A luta de vocês tem que se fortalecer, porque nós acreditamos que as grandes mudanças vêm do povo organizado. Para que tenhamos os votos necessários para derrotar esse ataque, é fundamental a força da greve, a mobilização, o crescimento, a passeata, a pressão, a luta dos municipais, que estão numa greve justa, heroica e necessária. Muito obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Srs. Vereadores, senhoras e senhores, só para comunicar que temos três inscrições de Liderança: Ver. Rodrigo Maroni, Ver. Mauro Zacher, Ver. Roberto Robaina; temos inscritos em Pauta os Vereadores Reginaldo Pujol e Cláudio Janta e temos a homenagem aos 125 anos da Guarda Municipal. Eu soube que houve alguns desentendimentos entre uma parcela dos servidores e a Guarda Municipal, mas quero fazer crer que são profissionais que estão cumprindo seu trabalho, que têm como missão a preservação do patrimônio da Cidade, de tentar ajudar na segurança pública, que é tão importante. (Palmas.) Agradeço muito os aplausos de vocês porque acho que refletem a maturidade que este movimento está ganhando a cada dia. Muito obrigado.

O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. RODRIGO MARONI:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu estava falando com o Ver. Roberto Robaina aqui embaixo. Eu nasci em 1981, talvez muitos de vocês aqui já eram funcionários públicos, talvez muitos de vocês sejam da década de 1980. Uma das coisas que me recordo bastante, Alexandre, é que, em 1990, minha mãe, que é funcionária pública federal, teve 16 anos de arrocho. Em 1986, eu nunca me esqueço, pegava uma bandeira do Sindicato dos Bancários para ir para a greve com meu pai, funcionário público estadual do Banrisul.

E quero dizer o seguinte, inclusive estava comentando com o Roberto: tem coisas na nossa vida que têm muito mais importância do que um significado científico, de formação, de lugares que se conhece, do dinheiro que se adquire, que são valores, que é qual o lado na história que cada um vai ter. E sabe o que eu aprendi em 1986? Que a greve também ensina. Em 1986, indo para a greve com o meu pai, ele me estimulava e dizia: “Aqui está o lado dos trabalhadores”. Ali, em 1986, eu aprendi o seguinte: fora da sala de aula, fora do local de emprego, essas pessoas não podem ser penalizadas, porque a greve dialoga para ensinar também e mostrar que ali tem pessoas com vida, trabalhadores.

E, hoje, 30 anos depois, sabe o que eu posso dizer que mudou de 1986 para cá? Quase nada. Sabe por quê? Porque o funcionalismo público continua sendo considerado vagabundo por muitos políticos. A política continua sendo – não neste caso mas em muitos locais – balcão de negócios. E eu penso o seguinte: a nossa política nos representa na nossa democracia frágil como é? Não. Eu fiz 12 mil votos, e o primeiro discurso que fiz aqui, no primeiro dia da eleição, é que não, a nossa democracia é frágil, a nossa democracia ainda elege quem tem dinheiro, a nossa democracia ainda elege quem faz negócio da política. E isso não é só no Município ou no Estado, é no País, e está aí o nosso Congresso Nacional para provar, lamentavelmente, que é um balcão de troca e de negócios. E aí é que entram os períodos da história, os momentos da vida. Talvez, amanhã ou depois, eu não vá ser político e, provavelmente, nem queira mais ser. Mas uma das coisas que eu agradeço é por estar vivendo este momento, porque foi muito bom viver um período de greve lá com meu pai, quando criança, e viver hoje, vendo os servidores organizados. Na verdade, vocês estão fazendo escola, estão ensinando, sim, para os alunos, nos bairros eles estão discutindo isso, é fundamental. Fundamental. (Palmas.)

E vou dizer mais: vocês têm... Por isso digo que funcionalismo público não só é trabalhador, Alexandre, porque participa mais da política do que a média da população, Silvana. Participe! Vocês têm papel chave em levar a discussão política para os locais de trabalho, porque vocês participam, estão inseridos. O meu pai, diferente da maior parte da população, sabe quem foi cada governador, porque conviveu, pagou o preço, assim como vocês sabem cada prefeito que passa e cada representante, que não dá para esquecer, para a gente conseguir politizar e melhorar, e melhorar, e melhorar. (Palmas.) É fundamental, Alex, tendo esse papel politizador, saber que nós somos minorias na política que não esquece da sua origem. Nós somos minoria, e infelizmente as mudanças não podem vir só do lado de cá das galerias, as mudanças têm que vir do

lado de lá, e aí a mobilização é fundamental, a greve é fundamental, estar na rua é fundamental.

E eu tenho que dar parabéns para cada um, que corre vários riscos, de sindicância, disso e daquilo. Aí o papel de cada um é fundamental. Viva a luta dos trabalhadores! Viva a greve, tem muita luta pela frente. Eu não passei nenhum ano aqui que não houvesse trabalhadores, viva o funcionalismo público, porque a vitória só vai sair com a mobilização de vocês. E não só agora, mas as próximas vitórias a gente tem alcançar junto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Haverá a promulgação de lei de autoria do Ver. Mendes Ribeiro que trata do Programa Escola de Ofício. O Prefeito silenciou com relação a isso, então volta para a Câmara, que deve promulgar. Eu pedi que a Diretoria Legislativa localizasse o processo. Eu queria convidar a Bancada do Mendes Ribeiro para estar aqui, peço a Bancada do PMDB que chame o Líder, Ver. Idenir Cecchim, por gentileza, para que, em seguida, possamos promover a promulgação da lei.

O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. MAURO ZACHER:** Colega Ver. Valter Nagelstein, quero dizer que V. Exa. está se saindo muito bem nesse exercício da função, tenho certeza de que a Casa estará muito bem presidida por Vossa Excelência.

Meus amigos, o que eu tenho em mãos aqui já foi evidenciado por alguns Vereadores que me antecederam, Ver.<sup>a</sup> Fernanda e Ver.<sup>a</sup> Sofia, é a prova daquilo que nós já, há alguns meses, estávamos reafirmando na tribuna e cobrando do Tribunal de Contas, para que ele pudesse nos responder. E o Tribunal de Contas responde com as informações que tem, mas nos entrega a prova de que o Governo parcelou o salário dos servidores com dinheiro em caixa!!

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. MAURO ZACHER:** Quando o Simpa entrou com uma ação, e foi concedida a liminar, o Governo não cumpriu, o Governo entrou com um agravo. E o Tribunal de Justiça respondeu que não é a discricionariedade possível de parte do administrador quanto a cumprir ou não a lei, salvo efetiva impossibilidade material, a qual não foi demonstrada de forma convincente por parte do Município. Significa que o Município não levou o agravo porque não entregou as informações necessárias para que o Judiciário pudesse perceber se tinha ou não recursos para pagar os servidores. O Tribunal de Contas termina concluindo também isto, a falta de transparência, porque o Executivo também não repassou ao Tribunal de Contas as informações necessárias para que pudesse analisar o fluxo de caixa antes do final do mês e no início do mês. Então o Tribunal de Contas foi lá e olhou o saldo do dia. A Ver.<sup>a</sup> Nádia esteve nos

acompanhando lá. Havia recursos da saúde e da educação para honrar a folha de pagamento. Mas o que foi pago antes? Qual foi a prioridade deste Governo, que tem que ter por lei honrar o salário dos servidores? Não há. Se tem algo em que avançamos nesta Cidade, algo de que nos orgulhamos no nosso Governo ou Governos que nos antecederam, foi a transparência, ou seja, este Governo não atende nem o Judiciário, muito menos o Tribunal de Contas, o que nos leva a crer, com a maior tranquilidade, não só pelo saldo do dia, que, para os meses de junho e de agosto, havia saldo em caixa, porque quem não mostra é quem não pode mostrar.

O Tribunal de Contas, Ver. Robaina, já decidiu abrir a inspeção, embora já saibamos o que irá sair, porque as informações que estão aqui já são suficientes para que nós reafirmemos publicamente, nesta tribuna, perante vocês, perante a sociedade, que o Governo fazia essa manobra, lá em junho, de parcelamento do salário dos servidores, porque tinha a pretensão, primeiro, de aumentar impostos, aumentar o IPTU e, posteriormente, aprovar este pacote que vinha para a Câmara, para acabar de vez com a carreira dos servidores.

Por isso, amigos, a verdade pode demorar, mas ela chega. Este aqui é o início de um processo, e nós daremos esta resposta votando contrariamente a estes projetos que mexem no Estatuto dos Servidores.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Srs. Vereadores, vieram do Executivo para a Casa dois projetos de lei: um projeto é de autoria do Ver. Cassio Trogildo, Presidente desta Casa, licenciado, que faz Porto Alegre zona livre de agrotóxicos; este projeto deve ser promulgado pela Câmara Municipal. Como é um projeto de autoria do Ver. Cassio Trogildo, meus caros Vereadores do PTB, eu pedi que seja feita uma correção e que se aguarde o retorno do Presidente para que ele próprio assinar. Eu acho que isso é uma medida de reconhecimento. E quero, ao mesmo tempo, chamar os Vereadores da Bancada do PMDB aqui, porque nós vamos promulgar a lei que institui o Programa Escola de Ofício nas Escolas da Rede Municipal, que visa a estimular uma série de questões como o ensino da robótica, do empreendedorismo, da programação, do *design*, da gastronomia e que vai incluir cada vez mais os nossos jovens. O projeto é de autoria do Ver. Mendes Ribeiro e foi aprovado por esta Casa. Eu queria convidar a Bancada, é uma prerrogativa legal do Presidente da Casa nesses casos promulgar.

(Procede-se à promulgação da Lei nº 12.327/2017.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Então passa a valer, a partir da data da sua publicação, a Lei Municipal nº 12. 327, de 03 de novembro de 2017, que institui em Porto Alegre o Programa Escola de Ofício nas Escolas da Rede Municipal. Muito obrigado. Parabéns, Ver. Mendes Ribeiro; parabéns a esta Casa. (Palmas.)

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. ROBERTO ROBAINA:** Boa tarde, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, municipais que estão assistindo à sessão, aqui eu falo em nome da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna e do Ver. Prof. Alex Fraga. Há uma situação preocupante, e é preocupante porque nós estamos na maior greve da categoria e é visível que o Prefeito Marchezan tem uma espécie de alienação – uma alienação em relação aos problemas da Cidade. Mas o Prefeito Marchezan tem uma firmeza, isso não se pode dizer que não, ele tem a firmeza de quem tem uma ideologia muito clara, uma ideologia neoliberal que tem como essência, como determinação de Governo, derrotar os servidores públicos, enfraquecer o serviço público, privatizar e terceirizar. E é uma lógica, é uma lógica nacional, o Ver. Adeli lembrou que, em nível nacional, nós estamos começando a sofrer a reforma trabalhista. E, com a reforma trabalhista, há um plano dos grandes capitalistas de redução generalizada dos salários e das condições de trabalho. E não se pode reduzir de modo generalizado os salários das classes assalariadas se não tivermos também, do ponto de vista da lógica neoliberal, uma redução dos salários e dos interesses dos servidores públicos. É uma lógica combinada, uma ideologia forte, não é uma ideologia fraca, por isso a greve é a maior da história.

Então, a alienação do Marchezan é uma alienação aparente também, porque a determinação do Governo é de derrotar a categoria. A categoria tem que ter muito claro isso. Tem que ter muito claro, porque, embora seja uma greve longa, vocês têm que estar preparados para uma greve ainda mais longa, porque só isso garante a vitória da categoria! (Palmas.) E nós estamos falando de uma situação em que a greve não é por conquistar, é para não perder – olha o nível de absurdo a que nós chegamos! É uma greve para não perder. (Palmas.) Felizmente, na Câmara, o Governo está começando a perder. Nós tivemos a votação, na semana passada, que deu quórum, e o Governo tratou de orientar para não dar quórum. O Governo foi derrotado na semana passada, e nós, sim, temos condições de derrotar o Governo da Câmara, eu estou otimista em relação a isso. Nós tivemos 19 votos para derrotá-lo, e, naquela reunião, não estava o Ver. Ferronato, do PSB, que eu tenho convicção de que vai votar com os servidores. A declaração do Ver. Rodrigo Maroni foi muito importante.

Então nós temos essa confiança, mas eu confesso para vocês que a única confiança que eu realmente tenho, cegamente, é na capacidade dos trabalhadores de se organizarem, de se mobilizarem, de pressionarem; portanto, a Câmara de Vereadores não pode votar sem que haja a pressão da categoria municipal. Eu acho que o Governo Marchezan é daquele tipo de Governo que só recua quando já perdeu – e olhe lá! –, então, se eles fizerem o cálculo de que eles não ganham de forma alguma, talvez ele retire os projetos. Mas a garantia, a confiança que nós temos que ter é a confiança na luta. Eu vou dizer mais: o Governo ainda não viu tudo o que a classe trabalhadora, se estiver bem organizada, é capaz de fazer. Eu sei que tem setores entrando em greve agora, eu sei que é difícil, mas os sindicatos têm, sim, que se organizar – até para combinar com os trabalhadores da Carris, que estão ameaçados, estão com os seus

empregos ameaçados, porque o Marchezan está desmontando a Carris – para parar os municipais, parar a Carris, fazer uma greve geral em Porto Alegre, o que vai mostrar para o Governo que os trabalhadores estão dispostos a ir até o final.

Eu quero deixar claro que eu acho que a categoria faz bem em vir à Câmara, mas melhor ainda faz a categoria em ir para as ruas, melhor ainda faz a categoria quando se articula com outros setores. Na Câmara, há uma lógica, há uma aritmética parlamentar, que nós, como todos os que acompanharam essa discussão o tempo inteiro sabem, estamos buscando que tenha o máximo de unidade. Eu estou muito contente em estar unido com o Ver. André Carús, fiquei muito satisfeito em dar quórum junto com o Ver. Valter Nagelstein. O Governo não pode ter a maioria na Câmara. Mas a maior segurança para o Governo não ter a maioria na Câmara – isto eu quero deixar claro! – é a continuidade da greve dos municipais. Portanto, viva a greve dos municipais! Vocês podem ganhar!

Quero terminar dizendo que, apesar de nessa campanha não ter um centavo a mais, o fato de não perder nessa conjuntura, vai fazer da greve de vocês – e vocês vão ganhar, porque seguem na luta – o melhor exemplo para defender os interesses da Cidade e do povo brasileiro. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta):** O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. DR. THIAGO:** Caros municipais que nos ouvem, presentes aqui hoje, que seguem mobilizados nessa luta, na defesa dos seus direitos, como eu dizia na semana passada, esses projetos significam a desconstrução de todas as gestões na Prefeitura nas últimas décadas. Eu conversava com o Ver. Dib sobre isso, com o Ver. Villela sobre isso. Ambos concordaram comigo. Esses projetos significam a desconstrução de todas as gestões que vieram anteriormente, mexe na remuneração das pessoas. Esse projeto dos regimes revela que há categorias que terão uma perda de quase ou até mais de 50% da sua remuneração. Algumas pessoas, à beira da aposentadoria, vão sofrer isso. O pior, Oliboni, é que não mexe só com as pessoas, como nós temos visto na Comissão Especial, mexe com as famílias das pessoas! (Palmas.)

Então, nós rogamos que esta Câmara tenha a sensibilidade que o Executivo Municipal não teve e não mexa com as famílias das pessoas, principalmente, num momento, talvez, em que as pessoas mais precisam, à beira de sua aposentadoria! É injusto! Há um outro detalhe, que muitas vezes não foi dito, principalmente, a respeito dos projetos de regimes, que, se aprovados, significam a falência do Previmpa! A falência, no dia seguinte, do Previmpa! Porque, se a pessoa contribuiu por dez anos ou quinze anos, sob uma determinada base, no momento em que se reduz isso, e ela se aposenta, ela vai buscar judicialmente isso. E isso é pacificado judicialmente.

Mas eu me associo àqueles Vereadores que acreditam profundamente na sensibilidade deste Plenário, porque este Plenário representa a totalidade do pensamento político da cidade de Porto Alegre. O Executivo Municipal alguns dizem que representa a maioria, outros discordam disso, mas representa uma parcela da população de Porto Alegre. Aqui não, aqui nós temos a totalidade do pensamento político da Cidade.

Então, vamos até o final. Corremos as duas sessões de Pauta, eu sou o último inscrito, estamos terminando as duas sessões de Pauta. Amanhã, teremos à noite a reunião da Comissão Especial no Simers, às 20h; na quarta-feira, a apresentação do relatório do Ver. Ferronato neste plenário, às 10h30min, e, à tarde, uma reunião emblemática, que será a reunião das Comissões Conjuntas – CCJ, CEFOR, CUTHAB e CEDECONDH. Que tenhamos, sim, mexido naquilo que é de mais íntimo de cada um de nós, nas expectativas, nas esperanças, e que cada Vereador possa ter o entendimento da globalidade do seu voto na quarta-feira. O seu voto quarta-feira – claro que o comando é que determina, os servidores é que determinam – poderá dar um grande indicativo de que os trabalhadores poderão ficar ou não tranquilos com relação ao Parlamento. E, a partir disso, poder voltar com tranquilidade ao seu trabalho.

Vamos juntos! Até à vitória na quarta-feira! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Ver. Mauro Zacher, eu quero seguir no diapasão do que V. Exa. anunciou. Nós esperamos que, primeiro, o Vereador se pronunciasse aqui, porque nos liderou na ida ao Tribunal de Contas. Nós estamos, assim como o Simpa e a categoria, desde maio querendo saber mais claramente das informações das finanças da Prefeitura, porque esta Cidade nunca viveu um terrorismo dessa natureza com o conjunto do funcionalismo municipal. O Governo, para chegar à situação de parcelamento de salário, tem que ter sobradas razões, tem que ter absoluta falta de condições financeiras, porque, fora disso, seria um desrespeito absurdo com a Cidade, com os servidores e com o serviço público. E vocês viram muitas vezes nós mostrarmos aqui a disponibilidade de caixa, o que o Governo pagou, nós questionando e insistindo com o Tribunal de Contas, Ver Mauro, que analisasse as contas da Prefeitura.

E o que nos diz o relatório preliminar? Porque o Tribunal de Contas, finalmente, depois de 30, 40 dias, decidiu por uma inspeção especial, ou seja, decidiu que vai analisar, separado das contas da Prefeitura, mais profundamente. Diante dos números, a primeira e mais forte conclusão é a de que a Prefeitura esconde os números. Como o Mauro disse aqui, se ela esconde, é porque ela não pode mostrar, porque vai se desdizer, e vai aparecer a mentira que ela tenta criar na cidade de Porto Alegre para justificar os desmandos que quer fazer nesta Cidade. (Palmas.) As três recomendações do Tribunal de Contas são de transparência. Chama a atenção que uma delas, inclusive,

chama a atenção no sentido de que a Prefeitura permita ao Tribunal de Contas acompanhar em tempo real os pagamentos e as movimentações realizadas pelo Governo Municipal, inclusive, o tempo, Ver. André Carús, para pagar os fornecedores, levantando a suspeita de que ela está pagando, sim, outras contas e outros fornecedores sem sequer parcelar, ou seja, negociar no tempo que é possível e viável, preferindo, deliberando, escolhendo parcelar salário contra a determinação da Lei Orgânica, contra a determinação judicial, causando muitas diárias com custo à Prefeitura de Porto Alegre.

O Tribunal de Contas adianta alguns números que nos deixam apavorados diante da coragem deste Prefeito, do seu Secretário da Fazenda e do seu Secretário do Planejamento. No caso Fundeb, da educação, que são cinco mil servidores, e da saúde – na educação também tem o desenvolvimento de ensino, que é outra rubrica –, lá em junho, a disponibilidade era de setenta e sete milhões. Sabem quanto ele botou em salário, no caso do MDE, Manutenção e Desenvolvimento de Ensino? Sete milhões, sobrando setenta milhões. Isso no dia 30 de junho. No Fundeb, tinha vinte e seis milhões. Sabem quanto ele pegou para pagar salário? Para quem não é da educação, se não sabe, eu explico: Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica pode ser usado, sim, para pagar salário. E havia vinte e seis milhões, ele pegou quinze para salário, sobraram 11 milhões, e ele parcela o salário! No fundo da saúde, disponibilidade: 99 milhões; valor aportado para pagar salário: 28. Sobraram 71 milhões no fundo da saúde, e ele parcelou perversamente os salários! Deliberadamente! Criminosamente!

Nós vamos pensar o que nós vamos fazer com isso. Mas a primeira coisa que nós queremos falar com os nossos nobres Vereadores e Vereadoras é que isso ele faz por algumas intenções claras. É para convencer a Cidade de que a Cidade está quebrada, que ele é obrigado a parcelar salário e precisa mexer na vida dos servidores – essa é a primeira intenção. É falsa a premissa, é em cima de uma mentira que ele quer aprovar esses projetos, senhores. É importante que esta Câmara diga que não é boba, que não é trouxa, que está vendo, que sabe analisar os números e que não vai entrar num barco de maldades por alguém que não acredita no funcionalismo público, que quer é privatizar, que quer é terceirizar, que esta Câmara não vai entrar nessa mentira e massacrar os servidores. Essa é a primeira questão. Aqui está a prova, porque há caixa único, há legislação que permite a ele usar os recursos, saldos de 200 milhões positivos por mês nos meses de parcelamento. Portanto, senhores, ele tenta enganar a Cidade.

Os servidores estão com sua campanha maravilhosa de greve, de mobilização, e temos que valorizar os funcionários e funcionárias aposentados que estão ativos na luta. Os servidores estão na luta, os servidores estão falando direto com a Cidade, estão desmascarando essa intenção nefasta do Prefeito, estão com o apoio da Cidade. E terão, eu tenho certeza, o apoio desta Câmara, que sabe ler números, que está fiscalizando, que não vai deixar passar uma fraude na cidade de Porto Alegre em nome de interesses espúrios. Fora, Marchezan!

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. João Carlos Nedel assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, membros desta Casa, principalmente meus colegas, meus Pares, quero me ater a uma questão que está no projeto, que é o poder discricionário, pelo qual o Prefeito pode dar ou não RDE e RTI. Esse poder, colegas Vereadores, o Prefeito usa em relação aos seus CCs, porque, até maio deste ano, no início da sua Legislatura, 750 CCs do Município de Porto Alegre recebiam RDE e RTI. Aí, o Prefeito, preparando o projeto para vir no recesso aqui para a Casa, parou de dar RDE e RTI aos CCs: os CCs que foram nomeados depois disso não estão recebendo RDE e RTI, estão em desvantagem em relação aos que recebem. Este Prefeito, que fala tanto em economizar para os cofres públicos, deveria começar pelos CCs e retirar RDE e RTI. (Palmas.) Se ele tirasse lá dos CCs de maio a RDE e RTI, resultaria em, aproximadamente, por baixo, uns 3 milhões e 375 mil reais. Acho que daria para comprar as merendas que estão faltando há dois meses nas creches do Município de Porto Alegre. (Palmas.) Eu acho que dava. Ou então ele podia orientar os seus CCs a abrirem mão da RDE, darem o exemplo, abrindo mão da RDE, para fazer a Cidade se desenvolver, crescer, melhorar. Porque o que o Prefeito quer é ter esse poder divino, porque mexer com a vida das pessoas, mexer com a família das pessoas, com a estabilidade que as pessoas adquiriram por anos e anos trabalhando para a cidade de Porto Alegre é um poder divino! Nós queremos estar ao lado do povo de Porto Alegre, não ao lado de um tirano, porque vocês viram o que ele quer.

Hoje nós vimos aqui a Bancada do PMDB promulgar uma lei, uma lei que veio para cá vetada, Ver. Idenir Cecchim, Líder do PMDB, uma lei vetada! Não é só vocês que não têm direito nesta Cidade! Esta Casa aqui também não tem direito nesta Cidade, porque um Vereador fez uma lei que foi vetada pelo Prefeito. Esta Casa derrubou o veto, e o Prefeito sequer teve a dignidade de assiná-la. Ele a mandou para a Casa promulgar! Não reconhece esta Casa, não reconhece o poder desta Casa de fazer leis. Ele é um senhor feudal, é um imperador feudal!

Isso quer dizer que nós também vamos abrir mão da RDE, porque os funcionários da Prefeitura que trabalham nesta Casa recebem RDE. Vou perguntar para ele se ele vai arrumar funcionários altamente competentes pagando R\$ 2,5 mil; se ele vai arrumar médico para o Município pagando R\$ 2.7 mil; se ele vai arrumar enfermeiros e técnicos de enfermagem pagando R\$ 1,7 mil; se ele vai arrumar professores para o Município pagando R\$ 1,3 mil; se ele vai arrumar engenheiros e arquitetos pagando R\$ 1,1 mil! Porque, se ele tirar o RDE, a RTI, esses serão os salários das pessoas. Esses serão os salários das pessoas que foram convidadas a abrir mão de um outro emprego ou de um concurso para virem trabalhar na cidade de Porto Alegre. Esses serão os salários das pessoas que foram convidadas para ser CC do Município de Porto Alegre, para vir trabalhar aqui na Câmara, como representantes da Prefeitura.

Então, só dá esse discurso quem não conhece a realidade da vida de quem sai de casa de manhã cedo para trabalhar. Só dá esse discurso de que onera o Município, de que onera a cidade de Porto Alegre quem não sabe o que custa para um trabalhador, muitas vezes, ficar lá no postão da Cruzeiro, no postão da Bom Jesus, no postão da Lomba do Pinheiro ou numa escola nas comunidades carentes de Porto Alegre, não sabendo se, daqui a pouco, o local não será invadido, ocupado pela guerra instituída na nossa Cidade. Dá esse discurso quem não sabe o que é o sacrifício de uma pessoa que pega ônibus lotado de manhã cedo e não sabe se esse ônibus vai chegar ao seu destino; quem não sabe o que é o sacrifício de uma pessoa que planejou a sua vida por 15, 20 anos, uma pessoa que planejou a sua aposentadoria, uma pessoa que planejou os estudos de seus filhos, que planejou a compra da sua casa. Aí a pessoa que dá esse discurso pode vagar, pode viajar num mundo que não existe, daquele bonequinho que estava exposto aqui há pouco, o mundo de Toy Story, um mundo que não existe, um mundo que só se vê na tevê, um mundo que só se vê no mundo de Walt Disney, porque, no mundo real, é bem diferente, no mundo real as pessoas pagam contas, no mundo real as pessoas se organizam para dar o melhor para a sua família.

Então, eu quero dizer que, se o Prefeito queria o melhor para Porto Alegre, ele deveria começar fazer melhor para o seu Governo. Se ele queria o melhor para Porto Alegre, ele deveria fazer melhor para a Prefeitura de Porto Alegre. Não tirar por causador da crise, por escravo desta Cidade o servidor público municipal, esse servidor que está lá na ponta, volto a dizer, lá na ponta atendendo na saúde, na segurança pública, na educação atendendo em todas as pontas do Município de Porto Alegre, que é a cara do Município de Porto Alegre, que representa a cidade de Porto Alegre. E só vai melhorar isso com diálogo, sentando-se à mesa com as pessoas, quando compreender o papel que as senhoras e os senhores têm com a população de Porto Alegre; só vai melhorar isso quando se colocar no lugar das senhoras e dos senhores, saber o que é um trabalhador do DEP, do DMAE passar o dia inteiro abrindo buraco em uma vila para enterrar cano! Só vai saber o que é isso se compreender o que é realmente um trabalhador do SAMU receber uma pistola na cabeça, ou uma metralhadora, com alguém mandando entrar quem quer dentro da ambulância; só vai saber entender quando estiver em uma escola e receber o choro de uma mãe que não tem o que dar de comer para seus filhos; só vai entender isso quando souber, de fato, o que a sua Cidade vive, e quem vive esta Cidade são as senhoras e os senhores.

Então, não é justo esta Casa tirar o salário das senhoras e dos senhores. Não é justo a população de Porto Alegre tirar o salário das senhoras e dos senhores. Não é justo tirar o salário de ninguém! Não é justo! Porque, senão, nós poderíamos fazer uma emenda reduzindo o nosso salário, dos Vereadores, em 50%, porque não é justo tirar do nosso salário! Eu poderia fazer uma emenda... Fala-se tanto em economizar, por que o Prefeito não mandou, junto com esse projeto da RDE e da RTI, o seu sonho, que era o teto novamente dos servidores públicos e seus secretários? Por que não mandou junto uma emenda? Por que não botou uma emenda instituindo um teto para os servidores públicos? Além de não conseguir instituir o teto no Município de Porto Alegre, quer

fazer um teto em cima da RDE e da RTI, das senhoras e dos senhores?! Não é justo, gente.

Na quarta-feira nós temos que aprovar esses projetos... Aliás, rejeitar estes projetos na Reunião Conjunta das Comissões! Desculpem-me. Geralmente, a gente aprova esses projetos na Reunião Conjunta. Nós temos que rejeitar esses projetos na Reunião Conjunta e rejeitar esses projetos no plenário, porque o povo de Porto Alegre rejeita e rejeita mesmo!

É que geralmente a Reunião Conjunta das Comissões é para aprovar, mas esse projeto é tão ruim, que nós temos que rejeitar na Reunião Conjunta e rejeitar no plenário na quarta-feira. Que Deus ilumine todos os políticos, mas principalmente as pessoas que estão no Executivo do Município de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel):** O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. RICARDO GOMES:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero ser breve, para que todos possamos nos unir na homenagem à Guarda Municipal, que cumpre seus 125 anos. Quero apenas fazer um registro da conclusão do relatório do Tribunal de Contas ao qual fizeram menção o Ver. Mauro Zacher e a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon: “a) quanto ao recurso livre, as disponibilidades financeiras seriam insuficientes para o pagamento da folha no último dia dos três meses analisados, junho, julho e agosto, uma vez que o saldo do referido recurso está negativo; b) para os recursos vinculados, as disponibilidades financeiras teriam condições de cobrir a integralidade da folha custeada por esses recursos, no último dia útil de cada mês, exceto no mês de agosto, quando os recursos não apresentaram saldo suficiente para quitar os valores [isto é, nem que pudesse o Executivo usar os recursos vinculados]; c) considerando as disponibilidades de caixa do Executivo no último dia útil dos meses de junho, julho e agosto, evidencia-se que não seria possível o pagamento integral da folha de pessoal sem a utilização de recursos vinculados a outras finalidades específicas.” Este é o relatório do Tribunal de Contas, e é importante que se dê conhecimento a todas as senhoras e os senhores. Há uma recomendação de transparência, sim, como bem referiu o Ver. Mauro Zacher e a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna. Lembro que o sistema de transparência não foi inventado em 1º de janeiro deste ano, é o mesmo ferramental de transparência que vigorava – ao menos no último ano – da gestão anterior.

Portanto, sim, sem dúvida – isto inclusive foi referido pelo conselheiro auditor fiscal do Tribunal de Contas –, é necessário investimento em melhoria nos processos de transparência, o que ajudaremos a cobrar. Todavia é importante registrar que o parecer do Tribunal de Contas do Estado foi no sentido de que não havia recursos para o pagamento disponível no Tesouro livre.

(O Ver. Cláudio Janta reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta):** Por favor, vou pedir às galerias que respeitem o tempo do Vereador que está na tribuna, façam as manifestações após o término da sua fala. Nós estamos tendo uma tarde tranquila, todos estão sendo respeitados; então, por favor, vamos respeitar o Vereador que se encontra na tribuna.

**O SR. RICARDO GOMES:** Registro o meu respeito, tenho recebido diversos representantes de diversos órgãos da Prefeitura, temos feito um diálogo muito aberto, muito franco, gostaria apenas de deixar registrado o parecer do Tribunal de Contas do Estado, que não é meu, não é da Liderança do Governo, não é dos Vereadores, não é da Prefeitura; é do TCE, que foi nesse sentido. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta):** Bom, Sras. Vereadores, Srs. Vereadores, galerias, Já cumprimos as duas Sessões de Pauta do Projeto do Executivo, que está apto para ir à Reunião Conjunta de quarta-feira e, depois, vir a plenário para votação.

Aprego o retorno do Ver. Idenir Cecchim da sua licença.

Aprego o Memorando nº 39/17, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º do Regimento, que, entre os dias 02 e 05 de novembro do corrente ano, participará do Comitê da Internacional Socialista para América Latina e Caribe na cidade de Santo Domingo, na República Dominicana.

Passamos às

## COMUNICAÇÕES

Hoje este período é destinado a assinalar o transcurso do 125º aniversário da Guarda Municipal, nos termos do Requerimento nº 192/17, de autoria da Mesa Diretora. Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Kleber Senisse, Secretário Municipal de Segurança; o Sr. Roben Martins, Comandante da Guarda Municipal; o Sr. Glauber Silvestre Zilio, Diretor de Operações da Ronda; a Sra. Claudia Cristina Santos da Rocha Crusius, Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Segurança.

**O SR. DR. THIAGO (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima Sessão.

**O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, em nome da Mesa da Câmara Municipal de Porto Alegre, está com a palavra em Comunicações.

**A SRA. MÔNICA LEAL:** (Saúde componentes da Mesa e demais presentes.) A nossa Guarda Municipal está de parabéns por seus significativos 125 anos de história. Eu pediria a todos que estão neste plenário que façam silêncio, porque a Guarda Municipal é extremamente importante para a cidade de Porto Alegre e merece o respeito de todos. (Palmas.) Obrigada.

A Guarda Municipal é uma instituição de tradição e respeito e compõe o cenário da nossa Segurança Pública. É uma referência para a população porto-alegrense. Assim como tenho uma ligação de admiração pelas nossas instituições de segurança pública, como a Brigada Militar e a Polícia Civil, também tenho pela Guarda Municipal de Porto Alegre. Estou sempre acompanhando a situação e os anseios de cada uma delas, preocupando-me e trabalhando para que estejam bem amparadas pelos governos, para que sejam valorizadas, aparelhadas e com condições para trabalhar pelo bem de todos e com o cuidado da Cidade.

(Manifestação nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta):** Senhores municipais, estamos numa homenagem à Guarda Municipal. Nós tivemos uma Sessão, até agora, tranquila, então quem não quiser participar da Sessão, por favor, venha na próxima quarta-feira. Há uma Vereadora na tribuna representando a Mesa Diretora da Casa, e peço que as senhoras e os senhores mantenham a calma, a serenidade e a compostura.

**A SRA. MÔNICA LEAL:** Obrigada, Presidente Cláudio Janta. Em meu primeiro mandato, em 2005, eu era Vice-Líder do Governo Fogaça e me empenhei no projeto de armar a Guarda Municipal, o que foi efetivado pela Prefeitura. Antes disso, eles não portavam armas, limitando em muito a sua atuação. Na busca de propor medidas contra o avanço das pichações pelas ruas da nossa Capital, sugeri a instalação do Disque-Pichação, pelo fone 153, em 2006, ideia que foi acolhida pelo Executivo Municipal e hoje é uma importante ferramenta da população. Fico muito feliz e segura de ter a Guarda Municipal agindo de forma tão eficiente no recebimento das denúncias de atuação de pichadores através do Disque Pichação - 153, que disso parte para realizar os flagrantes e os encaminhamentos devidos. Acompanho com entusiasmo quando chega a notícia de mais uma abordagem com sucesso.

Nunca esquecerei a importante presença e a atuação da Guarda em alguns episódios violentos que vivenciamos com os ataques ao Paço Municipal, ao Ginásio Tesourinha e quando da invasão desta Câmara em 2013.

Neste mandato, protocolei um Projeto de Emenda à Lei Orgânica para a ampliação das competências da Guarda, pelo qual ela deixa de ser essencialmente patrimonial e passa atuar mais junto à sociedade, com a inclusão de ações de fiscalização e ações preventivas. O Plano Plurianual também conta com emenda de minha autoria, inserida dentro do Programa Cidade Mais Segura e de suas ações de segurança urbana preventiva e comunitária, identificada principalmente pelo patrulhamento dos parques, pela defesa dos bens públicos pertencentes à Administração Municipal.

É importante a sociedade saber que a Guarda Municipal está em constante transformação e aprimoramento. Ela está presente 24 horas no trabalho de videomonitoramento que parte do Centro Integrado de Comando – Ceic, que tanto inovou como um mecanismo de controle do cotidiano da nossa Cidade, da nossa Porto Alegre, da Capital dos gaúchos.

A nossa Guarda é um patrimônio vivo de Porto Alegre, que, a partir da sua criação, caminhou junto e ajudou a construir a história do nosso Município e, ao longo disso, formou e incorporou mulheres e homens corajosos, comprometidos e dedicados, inseridos na estrutura da segurança municipal, que merecem o nosso reconhecimento e muitos cumprimentos.

A Guarda Municipal zela pela população, zela pelo patrimônio material e histórico de Porto Alegre. Por isso, temos, Poder Público e sociedade, que zelar por ela também, no sentido de valorizá-la, de incentivá-la e, sobretudo, de respeitá-la.

Comandante Roben, Secretário Senisse, Secretária Cláudia, aos queridos profissionais que protegem esta Casa e este plenário, meus parabéns a todos os que construíram essa história e a vocês que fazem a guarda de Porto Alegre diariamente. Muito obrigado de cada um dos porto-alegrenses que estão aqui. Obrigada a vocês que respeitaram e apoiaram esta homenagem. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta):** O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. PROFESSOR WAMBERT:** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero deixar aqui a minha homenagem pelo transcurso dos 125 anos da Guarda Municipal por quem eu tenho muito apreço, muita admiração, muito carinho, muito orgulho. Quando eu passo, Ver. Paulinho Motorista, ao lado de uma viatura da Guarda Municipal faço questão de buzinar, baixar o vidro e cumprimentar pelo orgulho que tenho como cidadão de Porto Alegre. Não é um orgulho agora, como Vereador, orgulho desde sempre. Os meus amigos da Guarda sabem do meu orgulho imenso que tenho dessa Guarda Municipal de Porto Alegre, que eu defendo que passe a andar armada. Nós precisamos, pelo princípio de subsidiariedade, que diz que a vida das pessoas ocorre nas cidades, e também que a Guarda Municipal tem um poder de polícia e que esse poder de polícia pode ser exercitado plenamente na segurança do cidadão de

Porto Alegre, particularmente naqueles espaços públicos que são de sua competência. Eu estou insistentemente lutando, nosso Líder do Governo bem o sabe, para que a gente, superada essa crise, possa chamar os nossos concursados da Guarda Municipal. (Palmas.) Nós precisamos chamar os concursados da Guarda Municipal os quais tenho recebido no meu gabinete. Já tive reunião com o Prefeito e com o Vice sobre esse tema. Nós precisamos garantir a segurança de Porto Alegre, a qual se garante com a presença do Estado. Mas não adianta termos uma Guarda Municipal que vá, simplesmente, pedir “por favor”. “Por favor, baixe a sua arma”. “Por favor, não assalte”. “Por gentileza, não violente”. Não, nós podemos ter uma guarda que seja absolutamente representativa da força do Estado e que exerça o poder de polícia, que cabe ao Município.

Então fica aqui a minha homenagem, o meu reconhecimento e, sobretudo, a minha gratidão e admiração, até emocionada, como cidadão de Porto Alegre, essa Instituição mais que centenária, que nos enche de orgulho. Parabéns, e viva a nossa Guarda Municipal! Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta):** O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. TARCISO FLECHA NEGRA:** Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Cláudio Janta; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras e todos que nos assistem. Quero cumprimentar a Mesa Diretora pela proposição desta belíssima homenagem pelo transcurso do 125º aniversário da honrosa Guarda Municipal, pela qual sinto muito orgulho e vim aqui parabenizá-los. Quero cumprimentar o Sr. Kleber Senisse, Secretário Municipal de Segurança; Sr. Roben Martins, Comandante da Equipe Operacional da Guarda Municipal; Sr. Glauber Silvestre Zilio, Diretor de Operações da Ronda Ostensiva Municipal, e a Sra. Claudia Cristina Santos da Rocha Crusius, Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Segurança. Parabéns à Guarda Municipal, que tem, como principal atribuição, a proteção do patrimônio público da cidade de Porto Alegre. É a Guarda mais antiga do País. São guerreiros mesmo sem as melhores estruturas, cumprindo os seus trabalhos da melhor forma possível. Quando eu falo que são guerreiros, com esse pouquinho de estrutura, porque vocês são guerreiros. Eu sempre faço, na minha vida, elogio ao futebol, que foi o meio onde eu nasci. Às vezes, um time sem nada, com chuteira estragada, com meia furada, vai para o campo e consegue o título que todo mundo quer. Vocês são guerreiros por isso! Com esse pouquinho que vocês têm, vocês correspondem à sociedade brasileira e à sociedade da nossa querida Porto Alegre. Eu moro no Centro há 18 anos e tenho visto a luta de vocês, não só no Centro, mas também nas escolas que eu visito, nos bairros aonde eu vou. Com o pouquinho que vocês têm, vocês mostram que amam esta Cidade como todos nós. Então, eu quero aqui dar os meus parabéns e dizer que contem com este Vereador do PSD, que é um Vereador independente e do povo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta):** O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO:** Obrigado, colega Janta. Vereadores, Vereadoras, cidadãos das galerias, quero dizer que não poderia deixar de me manifestar neste dia tão importante que é o 125º aniversário da nossa querida, aguerrida e leal Guarda Municipal. Eu tenho uma passagem maravilhosa com toda a guarnição, os colegas, os servidores da Guarda, que iniciou na gestão do Governo Fortunati, em 2013 e até hoje temos uma convivência de muita parceria, de muito respeito. Lembro de grandes episódios pelos quais passamos na nossa caminhada, como o incêndio na Vila Liberdade, em janeiro de 2013, no início do segundo mandato do Prefeito Fortunati, quando foi reeleito, e quando a Guarda, além de proteger as pessoas, a área que incendiou, foi mediadora para as mais de 700 famílias atingidas, na Av. Voluntários da Pátria, no bairro Farrapos. Com a Guarda ao lado, conseguimos fazer uma construção extremamente harmônica, garantindo o bem de todos que estavam lá naquele momento. Hoje, as famílias estão prestes a serem colocadas em habitações populares, construídas pelo DEMHAB, que, infelizmente, foram invadidas, mas já tem o processo de reintegração de posse para liberar a área que pegou fogo. Ali serão construídas pelo DEMHAB edificações verticalizadas. Mas foi muito difícil aquela situação.

Em todos os momentos, Secretário Kleber Senisse; Sr. Roben Martins, Comandante da Equipe Operacional da Guarda Municipal e Sr. Glauber Silvestre Zílio, Diretor de Operações da Ronda Ostensiva Municipal, que o Governo precisou, a Guarda esteve presente, numa questão puramente social, de muita inteligência emocional, de muito preparo. Eu só tenho a elogiar a qualificação de vocês. Muito me honra e me emociona ser o relator do processo. Tenho certeza que esta Casa, com diálogo, conhecendo bem o teor do processo, vai aprovar por unanimidade. Tenho certeza que depois de debates, nossos colegas Vereadores sabendo da importância da Guarda, da necessidade da população em relação às novas prerrogativas que a Guarda terá em relação à fiscalização – não prejudicando em nada os Agentes de Fiscalização – terá como construir um grande consenso e aprovar por unanimidade nesta Casa o projeto que é o grande sonho dos nossos queridos Guardas Municipais. Fico muito agradecido pela atenção de todos, e vida longa à nossa aguerrida, leal, corajosa e competente Guarda.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. João Carlos Nedel reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel):** O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. PAULINHO MOTORISTA:** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Estou falando em meu nome e do Ver. Airto Ferronato, pelo PSB, e quero dizer que, como todos sabem, por 24 anos fui motorista de ônibus e me orgulho bastante sempre que falo. Sempre acompanho o trabalho dos nossos Guardas Municipais, porque muitos viajaram comigo durante o dia para o seu trabalho; eu posso falar isso com transparência. Tenho muitos amigos na Guarda Municipal, tenho parentes, amigos que se criaram comigo no Extremo-Sul. Tenho muito orgulho tanto dos homens quanto das mulheres que são Guardas Municipais – como estou vendo ali –, e tenho o maior respeito por vocês. Sempre quando eu chego a algum local que tem um Guarda Municipal, num departamento ou estabelecimento, dirijo-me para cumprimentar ou perguntar alguma coisa, porque, com certeza, nós temos o maior respeito por vocês. Muitas vezes que os Guardas Municipais viajavam comigo no ônibus, Secretário Kleber, sempre se tinha um respeito a mais no coletivo. Com certeza, eu posso falar que a gente ficava mais tranquilo, porque o Guarda Municipal estava ali, com a sua farda, e todos tinham que respeitar; coitado do camarada que não respeita uma farda. O pessoal que fez o concurso é batalhador. Estou vendo o meu amigo lá do Extremo-Sul, criado comigo, parabéns. A Guarda Municipal está presente nos locais, com respeito, no dia a dia, se desloca para praças, escolas, e às vezes em escolas perigosas para trabalhar. O guarda municipal está ali e atento, pois, como todos sabem, a situação de Porto Alegre está difícil para todos, para o brigadiano, para o policial civil e para o guarda municipal que está ali. No segundo que ele está, os camaradas sabem... Meus parabéns, André, temos feito reuniões junto com o Secretário Kleber, ao qual agradeço a educação com que sempre nos trata, nos recebe e ao telefone. Isso a gente tem que falar aqui, Secretário Kleber, que, quando os Secretários não atendem, eu não passo a mão por cima de ninguém e o senhor sempre nos atende quando precisamos e está sempre para atender e ajudar as comunidades, então, tenho que agradecê-lo.

Não quero deixar de comentar sobre um guarda municipal, todos sabem, que estava no trabalho quando uma senhora caiu com seu carro na Costa Gama – tenho orgulho de falar porque ele foi criado no Extremo-Sul, junto comigo, foi meu passageiro. Imaginem o camarada vendo um carro caindo dentro de um açude como o daquela senhora, qual a reação? “Vou me atirar?” Com aquele frio que fazia naquela manhã, eu me lembro. “Vou me atirar para salvar e se eu ficar aí?” Não, o guarda municipal foi, se atirou, salvou àquela senhora, a qual esteve conversando conosco aqui na Câmara. Então, a Guarda Municipal não é só para bonito, o guarda municipal não fica ali só para fazer presença, parecendo uma estátua como muitos pensam. Não, ele está ali para ajudar, por isso a gente tem que ter o maior respeito com eles. Nesses 125 anos da Guarda Municipal nos orgulha bastante, podem ver que não uso muito papel para falar porque falo de coração, eu não minto, falo transparente.

Para concluir, quero deixar um grande abraço a vocês, falando em nome do PSB, do Ver. Airto Ferronato e em meu nome, e dizer, Secretário, que podem contar conosco. A gente precisa, sim, que os guardas municipais que passaram no concurso atuem para ajudar os que já estão, pois não fizeram concurso para bonito, fizeram para atuar, para serem chamados para trabalhar e ter o seu futuro. Agradeço aos guardas

municipais que atuam aqui na Casa e aos que vêm para trabalhar. Obrigado pelo trabalho de vocês, sempre para nos ajudar, para nos acompanhar. Quando falo na Guarda Municipal, falo a tarde inteira a favor da Guarda Municipal, não é papo de político, é um papo de gente que conhece, que conviveu 24 anos com eles e convive até hoje. Um grande abraço e o maior respeito que nós temos que ter pela nossa Guarda Municipal. Vida longa à Guarda Municipal!

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

**O SR. ADELI SELL:** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) É um prazer, Kleber, receber V. Exa. aqui e sua equipe. Aprendi com um pensamento que a vida guarda a sabedoria do equilíbrio, hoje mais do que nunca, precisamos de equilíbrio. Há 125 anos, em 1892, surgia aqui a nossa Guarda. Na Constituição Federal, no art. 144, parágrafo 8º, lá está escrito, na Constituição Cidadã, que a Guarda Municipal, serviço municipal é para guardar bens, serviços e instalações. Isso cabe tudo o que uma cidade precisa, serviços, cabe absolutamente tudo. Então, os senhores e as senhoras fazem um excelente trabalho em benefício da cidadania. Nós sabemos, vou ser claro e objetivo aqui, meu caro Moisés Maluco do Bem, já disse e vou repetir: a Prefeitura tem que ter a clareza de que precisa internalizar os guardas que passaram no concurso. Essa é a melhor e maior homenagem que esta Câmara pode prestar à Guarda Municipal e à segurança do povo de Porto Alegre, porque o trabalho que vocês têm, trabalho fixo, motorizado, alarme, pichação, acompanhar reintegrações, PGM, EPTC, Defesa Civil, FASC, etc. e tal, Ver.<sup>a</sup> Sofia, necessita de um corpo funcional qualificado, treinado, permanentemente fazendo a ligação com a comunidade. Por isso eu disse que a vida guarda a sabedoria do equilíbrio, este é um momento em que estamos conflitados. Vejo aqui lideranças da Cruzeiro, Michael. Nós fomos ver o que foi feito na semana passada lá. A comunidade, servidores municipais, usuários, pessoas do postão, todos unidos no mesmo diapasão, Sofia, é isso o que nós queremos.

**A Sra. Sofia Cavedon:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito rapidamente, o Ver. Adeli homenageia a Guarda em nome da bancada do PT, eu quero dar o meu testemunho na educação. Nós brigamos demais, porque esse corpo qualificado, permanente, servidores do quadro, com carreira, com respeito ao seu salário e à sua carreira, ele é muito importante, por exemplo, para a gente garantir o serviço público, que é o central disso. Lá na Timbaúva, lá no Pessoa de Brum, nós, sem Guarda Municipal, para fazer a mediação com a comunidade, é inviável o trabalho, assim como os postos de saúde. Nós desejamos que vocês tenham a valorização devida, de quadro permanente, de não terceirização, de respeito ao salário e à carreira. Vida longa à Guarda Municipal, que seja sempre parceira do funcionalismo municipal e da Cidade!

**O SR. ADELI SELL:** Obrigado, Sofia. Ver. Paulinho Motorista, apreciei demais a sua intervenção, demais! Fala com o coração, fala com coisa da Cidade, porque eu tenho dito que, de um lado do balcão, está o servidor; do outro, está o cidadão, e tem que ter essa integração, tem que ter esse processo de harmonização. Por isso, Ver.<sup>a</sup> Mônica; por isso, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia; por isso, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, Ver.<sup>a</sup> Sofia, as mulheres desta Casa, nós precisamos entender que “guarda” é uma palavra feminina, é uma palavra que diz muito, porque o feminino acolhe, o feminino, como a palavra diz, guarda, e isso é muito importante, porque não guarda apenas um bem público: guarda que não haja uma afronta a um bem público; guarda que, numa praça, não se maltrate uma criança; que não se destrua a Cidade, não se piche a Cidade. Ontem eu fiquei pensando, Ricardo Gomes, que nós recebemos de volta o monumento a Júlio de Castilhos na Praça da Matriz. Pensei: Ave, César! Que não seja pichado, detonado novamente.

Assim, mais uma vez, que a Guarda Municipal continue nessa trilha, porque eu, quando entrei na SMIC, tive o apoio impressionante da Guarda Municipal, não apenas porque quatro deles me guardavam por mais de um ano de manhã, de tarde, de noite, de madrugada, nas nossas grandes peleias pela organização da Cidade, mas pelo trabalho conjunto, pela harmonia que a gente fez com os agentes de fiscalização, com a população de Porto Alegre nos apoiando. Por isso nós precisamos unir Porto Alegre, o servidor de um lado e o cidadão de outro lado. Viva a Guarda Municipal! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações, por cedência do Ver. André Carús.

**A SRA. COMANDANTE NÁDIA:** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero parabenizar, inicialmente, a Mesa Diretora por esta justa e merecida homenagem aos homens e mulheres da Guarda Municipal de Porto Alegre, bem como parabenizar também pelas palavras a Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal que muito bem falou sobre a segurança. E somos nós, além de outros colegas aqui, que buscamos a cada dia, cada vez mais, a segurança dos porto-alegrenses. Quero parabenizar a Guarda Municipal de Porto Alegre que muito orgulho nos dá porque faz hoje 125 anos de existência, a guarda municipal mais antiga do Brasil. Por isso, com respeitabilidade, com credibilidade, com profissionalismo e técnica, é merecedora dos seus homens e mulheres. Fico entristecida, no entanto, em ver que há pouco esta plateia estava lotada e que agora poucas pessoas aqui estão, dando parabéns para a nossa Guarda Municipal, que é composta por colegas de vocês, municipais. Então, temos que ver que, às vezes, as pessoas pensam só no seu umbigo e não no todo de uma cidade que é construída por várias mãos, com a saúde, com a educação, com a segurança, com o saneamento, com obras, mas, principalmente, com a Guarda Municipal, Secretário Kleber, que é aquela que garante a democracia; a democracia daqueles que querem fazer greve, mas dos que também querem trabalhar. Aqui quero parabenizar a Guarda Municipal pelas atitudes

corretas que tem tomado, pela ação dentro da técnica, dentro do profissionalismo, dentro do respeito aos cidadãos de Porto Alegre, e que vocês, homens e mulheres, merecem, tanto quanto nós todos aqui, o respeito. Quero dizer que, dentre os princípios de atuação da nossa Guarda Municipal, temos a proteção dos direitos humanos, fundamentais, exercício da cidadania e das liberdades públicas.

Em nome da nossa Bancada do PMDB, do nosso Líder, Ver. Idenir Cecchim, dos Vereadores André Carús, Valter Nagelstein e desta Vereadora, que quero, sim, parabenizar com muito orgulho a Guarda Municipal de Porto Alegre pelos seus 125 anos de bons trabalhos prestados aos porto-alegrenses. Ainda, quero encerrar a minha fala dizendo que nenhum de nós é tão bom quanto todos nós juntos. E tenham, em nós, da Câmara de Vereadores, e principalmente da bancada do PMDB, pessoas que vão estar aqui defendendo vocês, apoiando e parabenizando cada dia dos trabalhos que vocês têm realizado em Porto Alegre. Parabéns ao Secretário Kleber, à Secretária Cláudia, ao Roben e ao Glauber por toda a atualização que têm feito na Guarda Municipal, pelo treinamento, pela capacitação, pelo reequipamento e modernização da estrutura que são necessárias ano após ano. Quero dizer a vocês que, sim, queremos uma Guarda mais forte, com novas atribuições e que continuem trabalhando integradas com os órgãos de segurança, com a Brigada Militar, com Polícia Civil, com a Susepe e com GT. Vida longa à Guarda Municipal de Porto Alegre, meus parabéns.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações.

**O SR. CASSIÁ CARPES:** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu quero dar os meus parabéns a esses funcionários abnegados da Guarda Municipal que estão aqui conosco, que vêm a esta Casa, não é a primeira vez. Eu sei que muitos até não gostam das frequentes presenças de vocês, mas ela se faz necessária não somente para colocar a ordem, mas para dar segurança. Na democracia, existem direitos e deveres, isso é muito importante. Tem gente que confunde a Carta de 1988, porque acha que tem somente benefícios; não, tem também obrigações. Neste momento eu preferiria fugir um pouco do tema e olhar um pouco para frente, para os projetos desta Casa para ampliar as prerrogativas da Guarda Municipal. Os tempos passam, e a sociedade, mais do que nós, exige da Guarda Municipal que não cuide somente de escolas, de prédios públicos. Essa também é uma prerrogativa da Guarda Municipal, mas o mundo moderno da segurança com um contingente, Secretário Kleber Senisse – conversamos hoje de manhã no programa –, de quase 800 homens. É bom lembrar que havia uma Guarda Municipal no DEMHAB, no DMAE, enfim, em todas as Secretarias. Mas o que se via? A Guarda Municipal preservando o patrimônio, é claro, mas cuidando do Secretário, não cuidando da Cidade. Parece-me que agora vai se dar uma nova conotação. E esta nova regulamentação ou tarefas das disposições iniciais, capítulo I (Lê.): “Art. 1º. As medidas de polícia administrativa de competência do

Município, para efeito dos costumes e posturas públicas de que trata a lei complementar (...): I – promover o bem-estar paisagístico e ambiental; II – promover a defesa da dignidade da pessoa humana no uso do espaço público; III – preservar e proteger o meio ambiente; IV – proteger e preservar o patrimônio histórico, cultural e artístico; V – preservar os logradouros e as edificações públicas e particulares; VI – harmonizar a diversidade de interesses legítimos da população do Município; VII – disciplinar o dever do Poder Público e da população, de conservação dos espaços públicos em boas condições de uso e fruição; IX – promover a responsabilização dos infratores pelos danos causados à fruição do espaço público, ao patrimônio e ao meio ambiente”. E assim vai: “Art. 2º. O exercício regular do poder de polícia administrativa do Município, preventivo, educativo, fiscalizador e repressivo...”. Tem gente que não gosta da repressão, mas, em alguns momentos, se faz necessário para a manutenção da ordem, democracia também tem ordem. Continuando: “Parágrafo único. Ressalvadas as competências privativas estipuladas em lei, os agentes de fiscalização e os Guardas Municipais atuarão em toda e qualquer esfera administrativa, independente de sua lotação original, área e matéria específica”. Ou seja, vai ampliar a sua capacidade.

Eu tenho dito aqui, várias vezes, que fui a uma escola e, ao adentrar ali, fiquei preso, mas me disseram que lá tinha um guarda municipal. Eu toquei a campainha várias vezes, isso faz anos, e o guarda municipal não veio. Liguei para a diretora da escola e ela foi lá me tirar de dentro do pátio da escola, mas depois me disse que havia, sim, um guarda municipal. Nada contra este guarda municipal, nem contra a Guarda Municipal, mas não dá para alguém ficar parado dentro de um prédio. Hoje estou sabendo que a Guarda Municipal tem um contingente quase de 800 pessoas que, bem distribuídas, cuidando, participando e interagindo com a sociedade, podem render muito mais, e tenho certeza que é isso que todos queremos. Vamos ser apoiadores desses projetos na Casa, porque entendemos que a Guarda Municipal tem uma capacidade enorme de interagir com a sociedade porto-alegrense, tem feito reuniões em assembleias de associações comunitárias, buscando com aquela comunidade a interação, porque a comunidade conhece, às vezes, muito mais o bairro que vocês e pode, automaticamente, com o trabalho de preservação, de conhecimento, sem dúvida, interagir. Hoje a comunidade também está fazendo, através de WhatsApp, de redes sociais, a interação com todos e automaticamente dão informações importantes para a Guarda Municipal. Então, estou vendo a Guarda Municipal olhando para frente, e terão o meu apoio, como Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, para que façamos essas modificações a fim de que ela tenha muito mais prerrogativas, que é o que a sociedade está desejando: participação e interação com a Guarda Municipal.

Sr. Secretário, quero parabenizá-lo, desde o início tivemos uma boa relação com os componentes da nossa Comissão, naquela oportunidade ouvimos seus relatos e ansiedades, a sua vontade de fazer algo mais para a Guarda Municipal e para Porto Alegre. Quero deixar aqui meu abraço a todos vocês. Tenho certeza que vocês têm respaldo nesta Casa, os Vereadores farão as correções necessárias, porque esta é a nossa atribuição: corrigir, aperfeiçoar, colocar outras questões, discutir, por ventura, alguma

inconstitucionalidade ou parecer nesse sentido, que nós possamos contribuir para melhorar, sim, a presença da Guarda Municipal a sociedade porto-alegrense, e ela está ansiosa. E o que o Guarda Municipal já está fazendo é o indício de que nós teremos um futuro brilhante pela frente com a presença de vocês, bem como a valorização de vocês. Parabéns a todos, 125 anos, belo trabalho para Porto Alegre e para o Brasil! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel):** O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna.

**O SR. PROF. ALEX FRAGA:** Boa tarde, senhoras e senhores que acompanham os nossos trabalhos na tarde de hoje, um agradecimento breve a minha colega de bancada, Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, que me cedeu, gentilmente, o espaço para fazer a manifestação em homenagem à Guarda Municipal, pelos seus 125 anos de existência. Eu gostaria de fazer uma saudação também ao Secretário Municipal de Segurança, Sr. Kleber Senisse, e estendo essa saudação a todos os integrantes da Guarda Municipal, que é uma corporação importante para o nosso Município.

Em 2015, nós fizemos – e eu como presidente – várias reuniões aqui nesta Casa Legislativa, na Frente Parlamentar de Combate à Violência nas Escolas. Esse trabalho mostrou que em todas, absolutamente todas as manifestações indicavam a importância que os guardas municipais têm para a manutenção da segurança dentro das escolas municipais. Para aqueles que não conhecem, a maioria das escolas da nossa rede municipal ficam na periferia da Cidade, em áreas de altíssima vulnerabilidade social. Nós temos a Capital do País que tem a rede mais periférica. A rede municipal mais periférica no País é na cidade de Porto Alegre, em bairros onde a criminalidade praticamente manda: toque de recolher, tiroteios, ameaças e crimes efetivados.

Portanto, a presença física da Guarda Municipal nas nossas escolas garante, acima de tudo, a capacidade ou a possibilidade de ter o trabalho com um mínimo de tranquilidade. Os guardas também são uma referência positiva para que se mantenham as relações minimamente harmoniosas, para que nós, professores, possamos trabalhar com calma e fazer o trabalho que nós precisamos e sabemos fazer, mas não é e também não foi, infelizmente, a prioridade do Executivo desta Cidade a colocação dos guardas municipais nestes locais tão fundamentais.

**O Sr. Roberto Robaina:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, prezado Ver. Alex Fraga. Eu queria me somar à sua manifestação de solidariedade, de apoio à Guarda Municipal e reforçar essa sua ideia de que até hoje não foi prioridade do Governo. Uma das expressões que não foi prioridade do Governo é que nós temos um concurso para a Guarda Municipal, e as pessoas não foram chamadas, prepararam-se, pagaram as inscrições do concurso, foram quase 300 guardas, e nós sabemos que a Guarda precisa ser reforçada, e ela não foi reforçada. Eu acho que

nós temos um quadro – isso tu também mencionavas – que é importante, infelizmente, atualmente, os governantes utilizam às vezes mais os guardas municipais para defender-se contra o povo do que fazer com que os guardas municipais cumpram sua função real. Eu sei que os guardas municipais têm interesse em defender o patrimônio da Cidade, em defender a Cidade, e não em defender os governantes impopulares que atacam servidores e atacam o povo. Portanto, sempre que vejo um conflito entre guardas e servidores, eu lamento muito, porque não é essa a função que a Guarda deve ter, e sei que a grande parte da Guarda Municipal não quer ter essa função. Muito obrigado pelo seu aparte.

**O SR. PROF. ALEX FRAGA:** Obrigado, Ver. Roberto Robaina. Concluindo a minha fala e estendendo mais o tema que foi colocado pelo Ver. Roberto Robaina, nós temos atualmente mais de 400 vagas abertas na Guarda Municipal desta Cidade e temos mais de 200 aprovados em concurso esperando ansiosamente o chamamento para desempenhar a sua função e integrar o quadro de servidores que prestam esse serviço essencial para a população de Porto Alegre. Eles estão ansiosos para serem chamados, mas não tivemos o chamamento. Pior, para desempenhar a mesma tarefa que os guardas municipais, a Prefeitura quer terceirizar o serviço, entregar o serviço de segurança na nossa Cidade a uma empresa privada, o que para nós é um ataque direto à oferta desse serviço a um custo muito mais elevado do que sairia o chamamento de 100, 150 servidores. Portanto, nessa justa homenagem à Guarda Municipal e a todos os servidores que integram este quadro de municipais da nossa Cidade, aqui vai a nossa crítica com relação a essa prática de governo de escantear e desvalorizar os servidores públicos de carreira – como todos aqui são exemplo disso – e valorizar a terceirização. Para exemplificar isso, nós tivemos um lamentável episódio com tiroteio no Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, onde os terceirizados correram para dentro do posto e chamaram a Guarda Municipal para atender à ocorrência. Lamentável! Porque eles estariam ali zelando pela segurança tanto dos servidores da saúde quanto dos pacientes que estavam em atendimento. Então, parabéns aos servidores da Guarda Municipal, parabéns à cidade de Porto Alegre. Esperamos que tenhamos esse chamamento e o preenchimento dessas vagas que estão ociosas e que carecem de pessoas capacitadas e com vontade de trabalhar para a nossa Cidade. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel):** O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. João Bosco Vaz.

**O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM:** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Não poderia deixar passar este momento para saudar e parabenizar a Guarda Municipal porque as pessoas que conhecem um pouco da minha história sabem

que eu tive uma passagem, por alguns anos, no Exército Brasileiro, onde eu aprendi muito sobre a necessidade de termos espírito de equipe, de grupo, de união, de responsabilidade. Então não poderia me furtar de subir aqui e trazer alguns dados que estava discutindo com o colega Ricardo Gomes sobre a importante aproximação e integração da Guarda Municipal junto à Brigada Militar, à Polícia Civil, ao sucesso das câmeras de monitoramento que fazem o cercamento eletrônico com reconhecimento óptico de caractere. A gente tem mais de uma centena de veículos já recuperados, veículos roubados, nesse importante trabalho; uma redução nos índices de homicídio, de furtos e roubos em transporte coletivo. Claro que a gente entende que constitucionalmente há competências na segurança pública que são do Estado, mas também compreendemos a importância estratégica que a Guarda Municipal e seus servidores têm para isso, como o apoio às estruturas de fiscalização da Prefeitura. Como foi muito bem dito aqui, há projetos nesta Casa e alguns guardas municipais hoje falaram comigo e com outros Vereadores sobre a importância de ampliar a capacidade e a responsabilidade da Guarda Municipal para que a gente possa combater grandes mazelas que temos na Cidade, como o comércio irregular no Centro de Porto Alegre, que transformou o coração da Cidade num coração doente. Não adianta demagogicamente cobrar, cobrar e cobrar da Administração e, às vezes, não fazer o básico, que é aprovar nesta Casa, sim, que a Guarda Municipal possa ter esta competência importante que os guardas querem ter perante a Cidade; não é perante um partido nem perante um prefeito, mas perante a população e a Cidade. Quero reforçar o apoio que trago aqui. Infelizmente, a gente vê alguns veículos de imprensa e redes sociais tomando, de uma maneira doentia, parte em discussões ideológicas e partidárias, agredindo e criticando a Guarda Municipal em ações recentes, quando a Guarda teve uma importante ação contra pessoas que realmente – temos que dizer aqui – têm participação em crime organizado, quadrilhas, que contribuem para a insegurança da nossa população no Centro de Porto Alegre, onde vemos queima de caixotes em avenidas públicas. Infelizmente, o servidor, pai de família, mãe de família, tem que ver em redes sociais alguns ranços ideológicos desta Capital fazendo uma série de acusações levianas que atingem a Guarda Municipal.

A Guarda não só faz a proteção do patrimônio, mas também da vida do porto-alegrense.

De uma maneira muito simbólica, eu, que tive formação militar, peço licença às patentes mais graduadas e encerro estes cinco minutos do tempo de Liderança do Governo para fazer a minha homenagem a esta Guarda que hoje tem esta Sessão em comemoração aos 125 anos. Permissão para me retirar, Guarda Municipal. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel):** O Sr. Roben Martins, Comandante da Equipe Operacional da Guarda Municipal, está com a palavra.

**O SR. ROBEN MARTINS:** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) A Guarda Municipal de Porto Alegre completou 125 anos. Temos muito orgulho dessa centenária instituição. Este orgulho, aliado com comprometimento, profissionalismo, dedicação de cada integrante é o que nos mantém. Querer fazer o melhor é o que sempre buscamos. No decorrer deste ano não foi diferente, com muito esforço e atentos aos acontecimentos, buscando atender o chamado do dever. As dificuldades têm sido grandes, mas nos desdobramos e foi assim que criamos, então, a Ronda Extensiva Comum, hoje chefiada pelo colega Glauber. Participamos dos mais diversos calendários da Prefeitura: carnaval, Navegantes, Prefeitura na Comunidade, Orçamento Participativo e as mais diversas situações que ocorrem dentro da Prefeitura. Estivemos presentes na ocasião das enchentes, desdobrando-nos com o apoio necessário e urgente, nas ações integradas, junto com Brigada Militar, Polícia Civil e outros órgãos e também nas ações conjuntas com outros órgãos da Prefeitura. Nos dedicamos, ainda, à proteção do patrimônio, como já foi citado; ao monitoramento de câmeras, que hoje vejo positivamente quando nos integramos ao Ceic. Então, tivemos um poder de atuação muito mais amplo, quando tivemos outras câmeras espelhadas. Mais do que comemorar, esse também é um momento de pedir, com as devidas atenções às nossas demandas, investimentos e manutenção dos nossos equipamentos e do plano de carreira, que acho necessário para qualificar ainda mais o nosso trabalho. E é nesta Casa, eu acho importante citar, que é desejo da Guarda que seja criado o Fundo de Segurança, pois assim a gente garante alguns desses pedidos. Que seja também votado o projeto antipichação, pois amplia as nossas atribuições. Diferente de alguns outros colegas, a Guarda Municipal atua 24 horas por dia na Cidade, isso seria de grande ganho para todos cidadãos da nossa Cidade. A unificação da GM também é mais um processo que a gente vê como necessário e urgente. A GM não quer ser polícia, pois já somos a Guarda Municipal. Nossa intenção é contribuir com a segurança social, garantindo e observando o Código de Posturas da Cidade. Eu me orgulho dos guardas municipais que dia a dia dedicam o seu maior tempo ao cidadão de Porto Alegre. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel):** Convido a Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, proponente desta homenagem, a proceder à entrega do Diploma ao Sr. Roben Martins, Comandante da Equipe Operacional da Guarda Municipal..

(Procede-se à entrega do Diploma.)

**O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel):** Agradecemos a presença do Sr. Kleber Senisse, Secretário Municipal de Segurança; da nossa querida Delegada Claudia Cristina Santos da Rocha Crusius, Secretária Adjunta; e dos demais presentes.

Visivelmente não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h35min.)

\* \* \* \* \*